



PAMINE: o renascer da floresta

Reflorestamento da Terra Indígena
Paiterey Karah (TI Sete de Setembro)
pelo povo Paiter Suruí

“Penso que esse diálogo com múltiplos conhecimentos é muito importante para nós, independentemente se espiritual ou tecnológico, mas a pessoa tem que saber para que está usando aquele conhecimento que adquiriu. Então, o reflorestamento contribui para educação e saúde, porque, reflorestando, se traz de novo o ar puro não só para os Paiter, mas para todo mundo.”

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb
(coordenador-geral da Associação Metareilá)

“Daqui a 50 anos, eu imagino que os Paiter Suruí vão ser, para o mundo, o melhor exemplo de povo que mantém sua própria cultura, que defende seus direitos. O maior exemplo na questão cultural, na questão ambiental, na sustentabilidade. Eles definem e garantem seus direitos.”

Ivaneide Bandeira (conselheira da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé)

Os Suruí desempenham, para o mundo inteiro, o papel de serem guardiões da floresta. Eles têm uma missão, não só ecológica, mas com a humanidade. A humanidade faz parte da ecologia, faz parte do planeta. Eles me mostram muito bem como unir o meio e o planeta. Hoje eu não digo que quero salvar o planeta; digo que quero ajudar os guardiões da floresta a salvar o planeta. Se pudermos ajudar os povos indígenas a salvar a floresta em que vivem, serão 25% da floresta, e teremos dado uma grande contribuição. Para nós, como uma pequena organização, é um resultado concreto.

Thomas Pizer (Associação Aquaverde)

“Eu quero ver o povo Paiter vivendo de maneira sustentável, implementando seus projetos, vivendo sua cultura e, principalmente, conquistando autonomia frente aos não indígenas. Esse é meu desejo para o povo Paiter.”

Vasco Van Rosmallen (coordenador-geral da ACT-Brasil)

Elaboração:
Andréia Bavaresco – IEB

Colaboração:
**Almir Suruí – Metareilá,
Chicoepab Surui – Metareilá,
Cloude Correia – IEB,
Ivaneide Bandeira – Kanindé, e
Wesley Pacheco – ACT**

Mapas:
**Wesley Pacheco – ACT Brasil,
IDESAM e
Thomas Pizer – Associação Aquaverde**

Fotos:
Acervo Associação Metareilá e Aquaverde

Coordenação editorial:
Alessandra Arantes –IEB

Revisão de textos:
Hermann Nass – Consultor Independente

Revisão ortográfica:
Laeticia Jensen Eble

Editoração eletrônica:
Supernova Design

Projeto gráfico:
Ribamar Fonseca – Supernova Design

Impressão:
Athalaia Gráfica

P185 Pamine : o renascer da floresta : reflorestamento da terra indígena Paiterey Karah (TI Sete de Setembro) pelo povo Paíter Suruí / Andréia Bavaresco, organizadora. – Brasília : Supernova design, 2011.
63 p. : il. ; 28 cm.

Inclui glossário

1. Reflorestamento. 2. Reflorestamento Pamine. 3. Terra indígena - reflorestamento. I. Bavaresco, Andréia.

CDD 634.956

Esta publicação foi produzida graças ao apoio do povo americano por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade de seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

PAMINE: o renascer da floresta

Reflorestamento da Terra Indígena
Paiterey Karah (TI Sete de Setembro)
pelo povo Paiter Suruí

Elaboração
Andréia Bavaresco (IEB)

Colaboração
**Almir Suruí (Metareilá), Chicoepab Suruí (Metareilá),
Cloude Correia (IEB), Ivaneide Bandeira (Kanindé) e
Wesley Pacheco (ACT)**



Realização

ĜARAH ITXA
CORREDORES ETNOAMBIENTAIS



Apoio



Agosto de 2011



Sumário

8	Apresentação
10	Os Paiter
14	O contato com os Iaraej
18	O tempo da madeira
24	Retomando o tempo da floresta
26	Casamento entre ciências: diagnóstico etnoambiental
30	Projeto Pamine: passo a passo da experiência
34	A escolha das áreas de plantio
36	A seleção das espécies
38	O diálogo entre saberes
40	O plantio
42	Monitoramento das áreas plantadas
46	As primeiras colheitas
48	O Plano 50 Anos Paiter
52	Linha do tempo
54	Lançando sementes para o futuro
56	Os Paiter e as mudanças climáticas: o Projeto Carbono Suruí
59	A importância do reflorestamento para o mundo
62	Daqui a 50 anos...
64	Glossário





*E agora minha fala, para o meu povo, é que
precisamos cuidar do território,
que não é somente meu, é das gerações futuras.*

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb
(labiway esaga do povo Paiter e coordenador-geral
da Associação Metareilá)

Apresentação

O Reflorestamento Pamine traz o nosso sonho de devolver à floresta o que dela fora retirado.

Os Paiter, como guardiões da Terra Indígena Paiterey Karah (Terra Indígena Sete de Setembro), realizaram um diagnóstico agroambiental participativo e elaboraram o Plano de Gestão de seu território. Durante os levantamentos, perceberam que 7% da mata estavam desmatados, isto assustou os Paiter, que decidiram devolver à natureza suas matas.

Fizemos um projeto de reflorestamento, em que foi pesquisado que espécie de árvore havia sido retirada de cada parte do território indígena, chegando-se a 17 espécies.

Definido o que plantaríamos, buscamos parceiros que estivessem dispostos a sonhar e plantar conosco, e conseguimos: eram aqueles que olhavam para a floresta e queriam vê-la mais verde, com os pássaros cantando e fazendo seus ninhos, e todos os bichos vivendo felizes.

Assim, homens, mulheres, crianças, jovens e velhos fizemos e adquirimos mudas, ensacamos, plantamos, cuidamos, mostramos ao mundo todo o que fazíamos para ter nossa floresta inteira, viva, protegida, recuperada, saudável.

O plantar, o devolver à floresta o que fora tirado, nos deixou felizes e orgulhosos de sermos guardiões da vida.



De uma vida que não era só nossa, mais pertencia a todos os seres que habitam o planeta Terra.

A certeza de estarmos contribuindo com o equilíbrio do clima da terra nos fortalecia, engrandecia e dava a certeza de realmente sermos os Guardiões da Floresta.

Esse sentimento e essa alegria precisavam ser repartidos com todos, o que nos levou a tomar a decisão de colocar isso em um livro que todos pudessem acessar, e que o leitor, ao deitar seu olhar sobre os nossos sentimentos e as imagens presentes em cada página, pudesse se tornar um Guardião da Floresta, e que o nosso plantar envolvesse seus corações e o levasse a reflorestar o lugar em que vive, de modo que se multiplicasse a cada leitura o número de árvores plantadas, e a alegria de saber que estamos contribuindo para um mundo melhor.

O respeito com a floresta sempre.
A floresta nos ama e nós amamos a floresta.

Almir Narayamoga Suruí
Labiway e Saga (líder maior do povo Paiter)
Coordenador-Geral da Associação Metareilá do
Povo Indígena Suruí



Os Paiter

O povo indígena Paiter, também conhecido como Suruí de Rondônia, habita atualmente a Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, localizada entre os estados de Rondônia e de Mato Grosso, em uma área de 248.146 hectares de floresta amazônica. No passado, habitavam uma área muito maior, disputada, por meio de guerras, com outros povos indígenas da região. São falantes de uma língua do grupo Tupi, da família Mondé, e a autodenominação Paiter significa “gente de verdade, nós mesmos”. Junto dos povos indígenas Cinta Larga, Zoró e Gavião, constituem uma família linguística denominada Tupi-Mondé. Atualmente, somam uma população de aproximadamente 1.300 indígenas, divididos em 24 aldeias, dispostas nos limites da terra indígena. A distribuição espacial das aldeias se constitui como uma das estratégias contra a entrada de não indígenas em seu território. A Terra Indígena Sete de Setembro faz parte do Corredor Etnoambiental¹ Mondé, onde hoje estão localizadas nove terras indígenas. Parte do território ocupado no passado pelos Paiter Suruí encontra-se neste Corredor, mas fora dos limites da Terra Indígena.

1 O CORREDOR ETNOAMBIENTAL

refere-se a uma reformulação do conceito de corredores biológicos e sua transformação em “corredores etnoambientais”, que incorporam diretamente as ações de povos indígenas na conservação. Essa reformulação está sendo empregada e consolidada por meio das ações do Consórcio Garah Itxa.



“Nosso cemitério é fora da área e, onde nasci, agora é área de fazenda. A parte da floresta onde tinha ponto da pesca, mel, caça, frutas, foi tudo reduzido. A nossa área mesmo, a maior parte ficou fora da área demarcada. Perdemos muita coisa e hoje em dia estamos cuidando desse pequeno espaço.”

Celso Natim Suruí, clã Kaban
(coordenador da Associação do Povo da Floresta Kabaney)

Aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro



Legenda

- Terra Indígena Sete de Setembro
- Aldeias
- Posto de Vigilância Indígena

Criado Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Imagem Landsat 5 TM - 2010
Orbita 230 Passos 087 e 058

Mapa de Situação



Projeção UTM
Meridiano Central - 63 WGr
DATUM SAD69

1:325,000

0 4,500 9,000 18,000 Metros

O modo de vida tradicional dos Paiter está intimamente ligado ao uso da floresta. As atividades extrativistas ocupam um lugar importante na subsistência e na segurança alimentar das comunidades. Por meio da extração de recursos naturais, eles desenvolvem diferentes atividades, como o artesanato, uma das atuais fontes sustentáveis de geração de renda das comunidades.

A caça, a pesca e o extrativismo são atividades fundamentais para aprofundar os laços de reciprocidade e cooperação entre familiares e amigos, sendo importantes para a sociabilidade e a organização social dos Paiter. A floresta e a diversidade biológica existentes na TI Sete de Setembro são alicerces de um sistema de uso e ocupação dos recursos naturais extremamente refinados. O que se coleta é transformado em alimentos, remédios, adornos, pinturas corporais, artesanatos e gera olibeterê (dinheiro), ofertas aos parentes, retribuições ou presentes. São todos produtos que sustentam a vida em sociedade. O extrativismo de recursos naturais é uma atividade social muito importante para a reprodução social desse povo indígena e para a transmissão de conhecimentos tradicionais sobre a floresta para as gerações mais jovens.

“No passado vivíamos com muita tranquilidade, sem preocupação com saúde. Nós conseguíamos manter nossa saúde com pajelança, com espiritualidade, quem mantinha nossa saúde era nosso pajé, usando os espíritos dos rios, do céu, do mato. O pajé mantinha a população Suruí com saúde, ao mesmo tempo, conhecíamos as raízes para remédio, no mato não era qualquer árvore.”

José Itabira Suruí
(membro do Conselho de Anciões dos Paiter Suruí e
vereador de Rondolândia – MT)



Maloca Tradicional Paiter – Local: Espaço Cultural Paiter – Cacoal – RO.

Entre os Paiter existem muitos narradores de histórias que, até os dias de hoje, mantêm o hábito de repassar conhecimentos aos mais novos para que esses possam entender a sociedade indígena e as relações com os não indígenas. Nas histórias dos Paiter, veem-se claramente os aspectos referentes à vida social, o universo mítico-tradicional, os ritos de passagens, a origem do mundo e outros aspectos da vida cultural.

“Antes do contato, a forma de viver era bem natural, muito diferente, mais tranquila, com mais fartura. As práticas culturais estavam presentes e a união era um fator muito importante para o povo. Dentro do território do povo Suruí, não tinha local fixo de moradia.”

Marimop Suruí
(ancião e liderança tradicional Paiter)

O contato com os Iaraej

“Como nossos sábios, nossos velhos, nós jovens também percebemos isto, que o contato com a sociedade não indígena trouxe impacto para nossa cultura e também para nosso território, nosso povo, que, antes do contato, nós vivíamos de uma forma organizada, unida, do nosso jeito.”

Arildo Gapamé Suruí
(secretário-executivo da Associação Metareilá)



Os Paiter relatam que seus antepassados emigraram das proximidades de Cuiabá para Rondônia no século XIX. Quando contam sobre os primeiros contatos com os não indígenas, lembram a história de Waiói, indígena que conviveu com os não indígenas no início do século. Ao retornar à comunidade, Waiói contou que os não indígenas tinham hora certa para comer, que cozinhavam arroz e feijão, possuíam panelas, facões e armas de fogo. Apesar de saberem da existência do homem branco, os Paiter vivenciaram um período de tranquilidade até a década de 1960, quando então reiniciaram os confrontos com os não indígenas. Esses confrontos trouxeram mortes e perseguições, e seus impactos na vida dos Paiter são sentidos até os dias de hoje.



Tapiri Tradicional – Local: Linha 11, Aldeia Lapetanha.

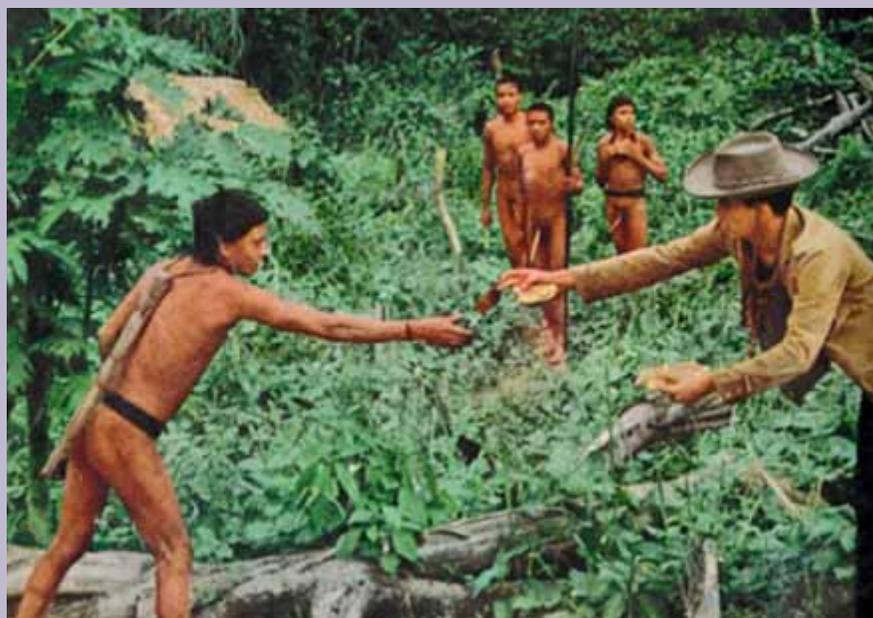


“Nós tivemos o primeiro contato com os não índios antes de 1969. Ocorriam contatos paralelos, e em 1969 ficou oficializado e passou a haver contato quase todo dia, mas antes a gente já via não índio quando morava na floresta.”

Chicoepab Suruí
(labiway, diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)

No dia 7 de setembro de 1969, facões foram pendurados por funcionários da Funai na aldeia Nabekodabbalaquibá com o objetivo de atrair de forma pacífica os Paiter. Esse gesto marcou o contato oficial do povo com os não indígenas. Segundo informações oficiais, no momento do contato, os Paiter possuíam uma população de aproximadamente 700 indivíduos. No entanto, os próprios Paiter informam que eram 5.000 indivíduos. Entre 1971 a 1974, contraíram sarampo, gripe e tuberculose. As doenças mataram muitas pessoas, reduzindo a população a 250 indivíduos. Os impactos também foram sentidos no território indígena.

Apesar de aceitarem o contato com a Funai no fim da década de 1960, os Paiter somente tiveram seu território oficialmente reconhecido e homologado na década de 1980. A demarcação da TI Sete de Setembro se deu em 1976, e a posse permanente foi declarada em 1983. Assim como diversas outras terras indígenas do estado de Rondônia, a TI Sete de Setembro foi demarcada sucessivas vezes, com diferentes proporções. Os interesses políticos regionais se concatenavam com o receio federal em realizar uma definição fundiária favorável aos povos indígenas.



Primeiro contato dos Paiteer com não indígena – sertanista Francisco Meirelles.

“O impacto primeiro foi no território, porque reduziu o território a um tamanho muito pequeno e no meio de várias cidades, de várias fazendas. Foi esta proximidade das cidades que causou impacto à nossa cultura, nosso idioma.”

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb (labiway esaga do povo Paiteer, coordenador-geral da Associação Metareilá, 9/9/2010)



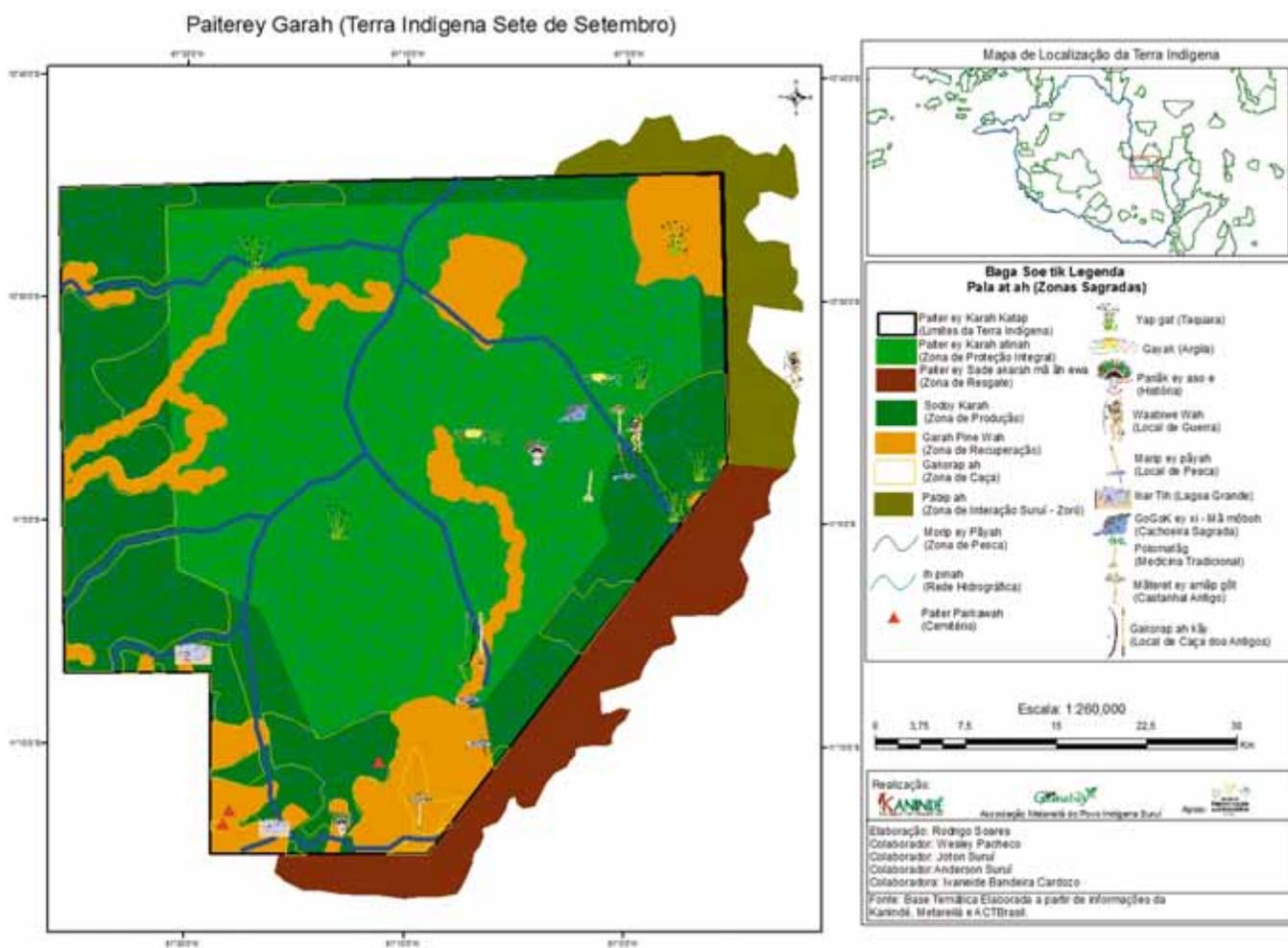
O tempo da madeira

“A gente quer que onde foi desmatado se crie floresta de novo, mas floresta que seja criada com ajuda do povo Paiter.”

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb
(coordenador-geral da Associação Metareilá)

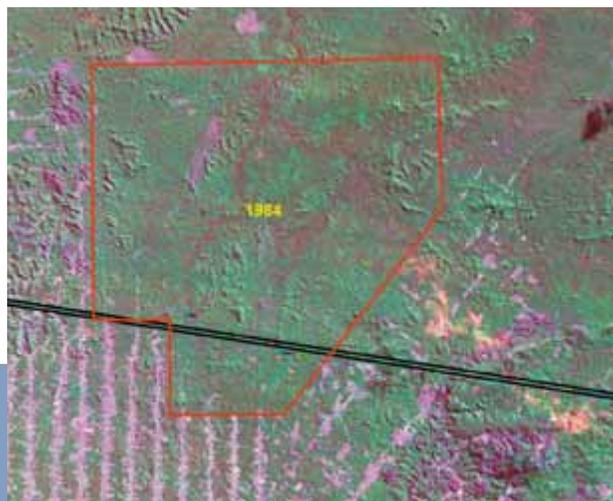
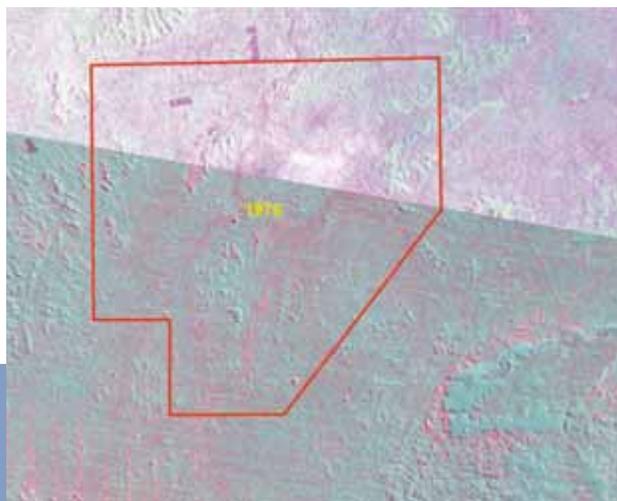
Os anos que se sucederam ao contato com os não indígenas foram marcados por choques armados entre os Paiter e invasores. Nesse período, havia mais de mil famílias de colonos morando no interior da Terra Indígena Sete de Setembro. A política do governo federal era a de atrair trabalhadores para Rondônia. Essa estratégia de ocupação foi iniciada na década de 1920, com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e com as linhas telegráficas de Cândido Rondon. Entre 1960 e 1970, foi construída a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho. A grande migração de não indígenas para essa região resultou em sérios conflitos entre indígenas e colonos recém-chegados.

Mapa da TI Sete de Setembro: definição de uso de território



A partir da década de 1980, a situação fundiária foi se definindo e os limites da terra indígena foram sendo minimamente respeitados pelos migrantes e colonos que ali se instalavam. O sistema produtivo desses colonos implicou uma forte ação de desmatamento e degradação ambiental da região. Com a saída dos invasores, ficaram a degradação ambiental e a roças de café. Os Paiter incorporaram a atividade da cafeicultura em suas práticas agrícolas, possibilitando o ingresso na economia de mercado regional. O ingresso se deu de forma tímida, pela pouca tecnologia e experiência no trato com esse tipo de plantação e,

Mapas das décadas de 1970, 1980 e 1990 – evolução do desmatamento



obviamente, pela precária assistência técnica de extensão rural que era disponibilizada aos indígenas. O plantio de café requeria atenção minuciosa e trabalho intensivo nessas roças, o que provocou uma diminuição das festas e rituais tradicionais, assim como uma mudança considerável em seu sistema alimentar.

Na segunda metade da década de 1980 e na década seguinte, os conflitos em torno da posse da terra não desapareceram integralmente, mas foram sendo deslocados para conflitos em torno do acesso às riquezas advindas da exploração ilegal dos recursos naturais existentes nas matas da TI Sete de Setembro. Uma segunda fase de conflitos começou nesta ocasião, ligada agora à ação ilegal dos madeireiros – cuja economia era muito importante para o município de Cacoal –, à exploração da mão de obra indígena e à instalação de um sistema produtivo perverso, que explorava os indígenas e lhes reservava somente migalhas dos rendimentos obtidos com a madeira. Um regime de endividamento fazia com que os indígenas envolvidos com a madeira estivessem sempre devendo aos madeireiros, o que lhes colocava em posição de submissão.



Em 1987, teve início a exploração da madeira. Em poucos anos de exploração ilegal de madeira, a abundante e rica floresta dos Paiter Suruí empobreceu. As madeiras de lei começaram a ficar escassas, e os recursos naturais, cada vez menos utilizados para a subsistência. Foi então que um jovem labiway (cacique), Almir Narayamoga Suruí, de apenas 17 anos, indignado com o destino que seu povo estava tomando, resolveu denunciar as constantes invasões que seu território vinha sofrendo desde o momento de contato com os não indígenas.



Imagem da retirada ilegal de madeira – Terra Indígena Sete de Setembro.



“A gente viu que precisava deixar esses conflitos de arco e flecha e espingarda e criar um movimento para levar esses problemas ao governo por meio do diálogo, defendendo nossos direitos e, assim, garantir crescimento à população Suruí e proteção do seu território.”

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb
(labiway esaga do povo Paiter e coordenador-geral da Associação Metareilá)

Retomando o tempo da floresta



Imagem de produção de muda – Aldeia Lapetanha.

“Com este desmatamento nos limites da terra, houve muita diminuição dos recursos naturais. Faltava material de artesanato, os Suruí estavam sentindo falta de tudo isto.”

Chicoepab Suruí

(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)

Com uma população crescente, confinados territorialmente e sofrendo constantes invasões de sua terra indígena, os líderes decidiram discutir novas formas de pensar o futuro e garantir a qualidade de vida das próximas gerações. Foi nesse contexto que ocorreu a junção entre os conhecimentos tradicionais de manejo da floresta e a ciência do branco, em uma soma de saberes com um objetivo comum: construir, com a participação de toda a comunidade, um plano de futuro para o povo Paiter Suruí. Para cumprir essa missão, em 1989, os Paiter buscaram uma ferramenta não indígena para dialogar e reivindicar seus direitos: criaram a Associação Metareilá.

A luta indígena atual da Associação Metareilá objetiva reorientar a exploração abusiva dos recursos naturais existentes no território Paiter, do ponto de vista cultural e ambiental, para uma economia sustentável, que proporcione geração de renda e etnodesenvolvimento. Os Paiter Suruí continuam sendo ameaçados pelos madeireiros, que estão receosos de serem impossibilitados de explorar os recursos naturais existentes nas matas da TI Sete de Setembro. Essas ameaças chegam a ser explícitas e remontam aos conflitos ocorridos na década de 1980 pela definição fundiária.

“Hoje sabemos que esta associação que fundamos naquele ano tem um papel fundamental para nós, porque, por meio dela, o povo resistiu e resiste a essa pressão que a terra indígena vem sofrendo de várias formas, por políticos e invasores.”

Arildo Gapamé Suruí
(secretário-executivo da Associação Metareilá)



Casamento entre ciências: diagnóstico etnoambiental

O primeiro passo para construir um plano de futuro para os Paiter foi iniciar um diagnóstico da terra indígena. Para que pudessem planejar os próximos passos, era preciso que todos os Paiter conhecessem, por meio de uma fotografia da realidade, em que estado a terra indígena se encontrava. As lideranças da Associação Metareilá saíram em busca de apoio e assessoria para realizar o diagnóstico de sua terra indígena. A ideia era realizar um estudo científico para que os não indígenas pudessem dar credibilidade aos desafios, problemas e potencialidades que o território Paiter possuía.

O jovem indígena Almir Narayamoga Suruí começou, em 1998, sua jornada em busca de parceiros para a conquista da autonomia do povo Paiter. A primeira entidade procurada foi a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. Tendo aceitado o desafio de contribuir com os Paiter, a Kanindé iniciou uma reflexão para construir uma metodologia de diagnóstico que contemplasse a ciência ocidental e a ciência indígena, o que era uma exigência dos Paiter Suruí.

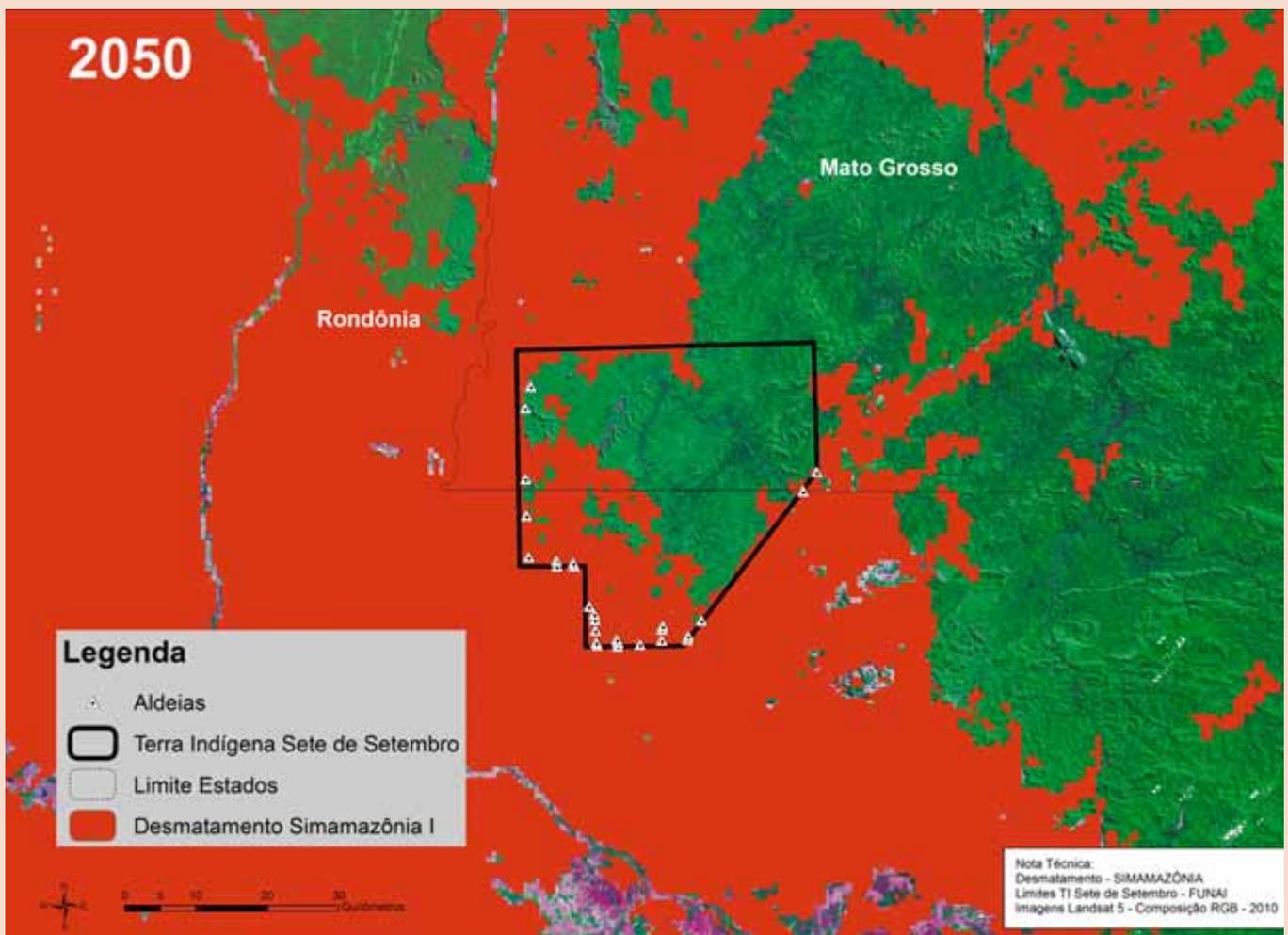
Após Almir Suruí conseguir os recursos necessários para a realização do diagnóstico junto ao Ministério do Meio Ambiente, a equipe da Kanindé passou a construir de forma participativa uma metodologia que, atualmente, é uma importante ferramenta dos povos indígenas da região, o Diagnóstico Etnoambiental de Terras Indígenas.

Desde então, a Kanindé passou a ser uma das principais parceiras do povo Paiter e acompanha sua trajetória com proximidade e profissionalismo. Toda a metodologia para a realização do diagnóstico foi construída com a participação das comunidades. Foram realizadas oficinas e promovidas festas tradicionais para a coleta de informações e troca de conhecimentos entre os indígenas e os pesquisadores. Um ritual que não era realizado pelos Suruí há 16 anos foi eleito como estratégia para levantar as informações e coletar os dados para o diagnóstico. O Mapimaí – representação tradicional de criação do universo para os Paiter – foi promovido por meio da formação dos jovens na confecção de arcos e flechas, pinturas corporais e preparação de bebidas tradicionais, com valorização dos mais velhos em todo o processo. Todos se prepararam, durante meses, para a realização do ritual. O processo de preparo foi utilizado como principal metodologia para o diagnóstico etnoambiental da TI Sete de Setembro.



“Hoje, o principal papel da Kanindé é de fazer junto. Estamos tão misturados que tem momentos que nos confundimos mesmo. Na primeira reunião com os líderes, eles colocavam que nós íamos fazer as coisas juntos, que íamos fazer parte. Todos da Kanindé foram batizados e pertencem a diferentes clãs. Construimos uma relação de parceria e hoje somos aliados do povo Paiter Suruí. Estamos juntos nos momentos ruins e nos bons. O que começou com o diagnóstico hoje é um envolvimento em toda a estrutura, em toda a vida dos Suruí.”

Ivaneide Bandeira
(conselheira da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé)



Fonte: IDESAM, 2010.

O diagnóstico etnoambiental, realizado em 2000, apontou para a necessidade do reflorestamento das áreas degradadas e empobrecidas da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro). O diagnóstico apresenta, entre seus resultados, um dado estatístico que mobilizou os Paiter: 7% de seu território estavam desmatados. Era preciso cuidar da casa – da floresta – antes de pensar em outras iniciativas e projetos. Foi assim que surgiu a ideia de os próprios Paiter recuperarem, por meio do plantio de mudas, as áreas degradadas da terra indígena.

As atividades de reflorestamento foram contempladas no Plano de Gestão Etnoambiental elaborado a partir do diagnóstico. Entre as metas traçadas pelos Paiter, estão a construção de viveiros florestais nas aldeias, o adensamento de roças agroflorestais e quintais diversificados, bem como o enriquecimento da floresta com espécies que foram retiradas por meio do desmatamento ilegal ou que ficaram fora dos limites demarcados pelo governo brasileiro, como o tucumã. A palmeira tucumã é a espécie-símbolo da experiência de reflorestamento dos Suruí e foi uma das primeiras matérias-primas elegidas pelas comunidades, por sua importância na confecção de artesanatos e utilização na alimentação tradicional.



Corda tradicional dos Paiter feita pela folha de tucumã.

“Naquele momento, nós resolvemos que íamos recuperar as áreas que foram degradadas e plantar as árvores que foram tiradas pelos madeireiros. A gente chama esse trabalho de “enriquecimento da floresta”, porque, quando o trator passou para tirar a madeira de lei, passou em cima de um açazeiro, da castanheira, empobrecendo a floresta.”

Almir Narayamoga Suruí,
clã Gameb
(labiway esaga do povo Paiter e
coordenador-geral da
Associação Metareilá)

Projeto Pamine: passo a passo da experiência

“A ideia no momento da discussão vira um sonho, os clãs dos Gameb foram discutindo e sonhando.”

Arildo Gapamé Suruí
(secretário-executivo da Associação Metareilá)

A pós a finalização do diagnóstico etnoambiental e da elaboração do Plano de Gestão Etnoambiental, os Suruí travam discussões para iniciar o reflorestamento da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro). A Kanindé destina a eles mudas de espécies de madeiras de lei que receberam de uma doação do Ibama. As mudas são plantadas em esquema de mutirão na aldeia Lapetanha. Todos na comunidade participam: homens, mulheres, jovens e crianças se mobilizam e dividem tarefas. Essa atividade marca o início de uma caminhada de conquistas que os Paiter vêm trilhando na última década. No início do ano de 2006, os Paiter Suruí, organizados em torno da Associação Metareilá, recebem apoio da Associação Aquaverde (organização não governamental da Suíça), em parceria com Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, para iniciar o reflorestamento mais sistemático da terra indígena.

“No nosso reflorestamento, a gente planta vários tipos de árvores, não só madeiras. Plantamos também material para artesanato, sementes, remédios. Hoje estamos expandindo o trabalho para várias aldeias e vários clãs.”

Chicoepab Suruí
(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)



Imagem Google reflorestamento na Aldeia Lapetanha.

A ideia inicial do projeto era reflorestar uma área degradada de pasto e capoeira, consequência das atividades agrícolas dos colonos antes da demarcação física da TI Sete de Setembro, e enriquecê-la com espécies nativas. As ações do projeto também serviriam para formar os jovens indígenas na temática ambiental por meio de oficinas, cursos de capacitação e atividades práticas em suas aldeias. À medida que as áreas próximas às aldeias foram sendo reflorestadas, floresceu a conscientização ambiental do povo Paiter Suruí e a revalorização da floresta como pressuposto essencial para manutenção do modo de vida tradicional indígena.

“ Primeiro começou com uma família do clã Gamep Suruí, começou com a aldeia Lapetanha, depois expandiu para várias aldeias dos Gamebey e, este ano, a gente conseguiu plantar em outras aldeias que não são dos clãs Kaban, Gamir, e Makor.”

Chicoepab Suruí
(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)

“ O que eles fazem é a fecundação da floresta. Eu coloco a semente, eu fecundo, eu passo a gestação e vou cuidar desse filho. As árvores não são só árvores, são seres que eles protegem e cuidam.”

Ivaneide Bandeira
(conselheira da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé)

O projeto de reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro consiste em plantar árvores úteis em áreas onde a floresta ficou empobrecida. Por isso, entre os Paiter Suruí, o projeto é mais conhecido como enriquecimento da floresta. A ideia é que os Paiter possam se beneficiar no futuro com seus produtos e subprodutos (sementes e frutas) de uma maneira sustentável.

Para o reflorestamento, os Paiter Suruí determinaram inicialmente uma área aproximada de 12 hectares nas proximidades da aldeia Lapetanha.

Com a assessoria de um engenheiro florestal da Associação Kanindé, foi elaborada uma lista de espécies de interesse dos Suruí. Foram realizadas discussões entre as comunidades e pesquisadores da Embrapa, e a proposta do reflorestamento foi aprimorada, atentando-se para aspectos específicos, como as características das espécies, espaçamentos necessários entre as plantas e redistribuição das áreas de plantio. Durante os anos de experiência do reflorestamento, os Suruí tornaram-se pesquisadores do próprio território, testando estratégias e observando de perto a aceitação ou rejeição das espécies utilizadas nos plantios.



Mudas do viveiro – Aldeia Lapetanha.

Nesse espaço de 12 hectares, o número total de árvores foi determinado pela quantidade de trabalho que os indígenas conseguiriam disponibilizar para o plantio sem afastá-los de suas atividades tradicionais, como a pesca, a caça e os roçados. Foram plantadas, em 2006, 1.440 mudas de espécies nativas e exóticas.

A principal atração dessa atividade para os Suruí é o fato de estarem recuperando suas florestas com a perspectiva futura de diminuir sua dependência de alimentos comprados nas cidades e a possibilidade de gerar renda com a floresta em pé, por meio da exploração sustentável de produtos florestais não madeireiros. A iniciativa dos Suruí tem potencial de ser replicada em muitas terras indígenas brasileiras que sofreram ou sofrem os mesmos tipos de impactos e enfrentam desafios semelhantes no que se refere à sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A maior necessidade detectada ao término da primeira etapa do projeto de reflorestamento foi o envolvimento e a participação de outros clãs e aldeias. Também ficou constatada a necessidade de investir em um centro de formação e pesquisa indígena e melhorar a estrutura da Associação Metareilá do povo indígena Suruí. A estrutura existente no momento de início do projeto não permitia uma ampla participação de pessoas, além de haver escassez de recursos para as atividades de capacitação e planejamento.

A escolha das áreas de plantio

A escolha das áreas a serem reflorestadas foi determinada em parceria com o engenheiro florestal da Kanindé. Foram lançadas linhas e escolhidas inicialmente 17 espécies escassas na terra indígena. As capoeiras foram privilegiadas como foco para as atividades de reflorestamento. Também foram priorizadas as áreas empobrecidas da floresta, onde ocorreu o corte seletivo de madeira. O primeiro plantio foi realizado na aldeia Lapetanha, em uma zona de pastagem ao redor de uma nascente e de uma área de floresta degradada, totalizando 16 mil m².

As primeiras mudas utilizadas nos mutirões de plantios foram produzidas nas proximidades da Maloca do Centro de Formação e Pesquisa Indígena Yananbi Gameb.² As sementes não disponíveis no mercado de Rondônia, como o patuá, tamboril, açai e tucumã foram o foco da produção. Algumas mudas foram compradas ou doadas, e outras foram produzidas por meio do plantio de sementes.

2 O CENTRO DE FORMAÇÃO YANANBI GAMEB, que na língua Paiter significa avós dos Gamebey, é um espaço na aldeia Lapetanha utilizado para realização de oficinas e capacitação dos indígenas durante os plantios da experiência de reflorestamento.

“Foi construído um viveiro na aldeia Lapetanha para produção de mudas. As mudas de difícil desenvolvimento foram adquiridas com recursos da Aquaverde e da Kanindé. Todos participaram, as crianças ajudaram a encher as sacolinhas, as mulheres prepararam alimentos para o mutirão, os homens fizeram o trabalho mais pesado. Foi um momento de união da comunidade.”

Ivaneide Bandeira
(conselheira da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé)



Viveiro – Aldeia Lapetanha.

A seleção das espécies

A seleção das espécies utilizadas nos plantios obedeceu a critérios definidos pelos Paiter no momento de planejamento do reflorestamento. Esses critérios levaram em consideração tanto aspectos técnicos como práticos no cotidiano das comunidades. Entre os fatores que definiram essa escolha, podemos destacar o uso tradicional e o consumo direto dessas plantas na alimentação e nas atividades de subsistência. Espécies utilizadas na cobertura de casas, na confecção de materiais e instrumentos ritualísticos foram priorizadas. Também foram escolhidas espécies que pudessem ser consumidas diretamente pelos Paiter, tais como o babaçu, a pupunha, a castanha do Brasil e o açaí, espécies nativas e muito apreciadas pelos Paiter Suruí por possuírem inúmeras utilidades. Algumas espécies frutíferas também foram contempladas nos plantios, como a manga, o abacate e o coco-da-baía.

Outro aspecto importante levantado pelos Paiter na escolha das espécies utilizadas nos plantios foi o seu potencial de geração de renda dos frutos, de madeira, resinas ou outros subprodutos no futuro. No momento da escolha dessas espécies, foram pensadas atividades que os Paiter vislumbram como potenciais geradoras de renda, como o artesanato, a venda *in natura* de frutas da Amazônia, como açaí e castanha do Brasil, e a produção de óleos e resinas.

“Na aldeia onde eu moro, na aldeia Joaquina, do clã Gamir, já temos 3 hectares de área reflorestada, temos madeira de lei, cedro, garapa, mogno, xinupapo, açaí, pupunha, cupuaçu, ipirema, buriti... temos 12 qualidades diferentes.”

João Lawad Suruí
(coordenador do Instituto Florestal Yabner Gabgir, do povo Indígena Paiter Suruí)



Indígena Paiter plantando muda de açaí.

O diálogo entre saberes

“São jovens, crianças e adultos. [O trabalho] está sendo feito nas aldeias mesmo, e lá mesmo estão sendo capacitados e estão aprendendo nas oficinas.”

Chicoepab Suruí
(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)

Com a assessoria dos parceiros, a Metareilá promoveu alguns cursos e oficinas de formação de viveiristas e instalou um viveiro florestal na aldeia Lapetanha. Para tanto, foi necessária a contratação de especialistas não indígenas e a estruturação de um espaço adequado para a realização de atividades práticas. Foi necessário também providenciar o deslocamento dos participantes das aldeias para o Centro de Formação e Pesquisa Indígena Yananbi Gameb. A ideia era produzir as mudas no viveiro e distribuí-las, em estágio de desenvolvimento de plantio, para as aldeias interessadas no projeto.

Atualmente, as oficinas de capacitação estão direcionadas às técnicas de produção de mudas e de monitoramento das áreas estabelecidas, do replantio e de tratamentos silviculturais. Ainda é necessária a presença de um técnico não indígena durante as capacitações. Os agentes ambientais indígenas que vêm sendo capacitados por organizações parceiras, como a Kanindé e a ACT-Brasil (Equipe de Conservação da Amazônia) serão os futuros técnicos responsáveis por dar continuidade às atividades de formação de jovens e replicação de conhecimentos necessários para o reflorestamento da TI Sete de Setembro.

“Gostaríamos que esses jovens pudessem obter uma formação em diferentes áreas de conhecimento, necessárias para a gestão de suas terras indígenas. Que pudessem optar por serem agentes de proteção, agentes responsáveis por auxiliar suas comunidades na produção sustentável, agentes de reflorestamento e agentes voltados ao acompanhamento e monitoramento do Projeto Carbono Suruí. Gostaríamos que nossas capacitações fossem um passo importante para esse processo de formação.”

Vasco Van Rosmallen
(coordenador-geral da ACT-Brasil)



O plantio

“O reflorestamento foi no ano passado, começou pequeno, plantamos mil mudas. A Metareilá distribuiu as mudas e plantamos dois hectares no ano passado.”

Celso Natim Suruí, clã Kaban
(coordenador da Associação do Povo da Floresta Kabaney)

As atividades de plantio foram organizadas pelas lideranças de cada aldeia e orientadas pelos dirigentes da Associação Metareilá com assessoria dos técnicos não indígenas contratados em diferentes momentos do projeto. As mudas foram fornecidas pela associação indígena e pela Kanindé. Algumas espécies, de difícil desenvolvimento, foram adquiridas no mercado local ou regional. Espécies nativas, principalmente de madeiras de lei, foram cultivadas no viveiro florestal da aldeia Lapetanha.

O trabalho de plantio das mudas foi realizado por meio de mutirões, com a participação de toda a comunidade. As crianças e mulheres ajudavam de diferentes maneiras, fazendo a comida e trazendo as mudas, enquanto os homens faziam as covas e capinavam o local. As áreas foram divididas em linhas de 10 em 10 metros de largura e as espécies foram plantadas em esquema de consorciamento, ou seja, mudas diversificadas foram plantadas em uma mesma linha, respeitando o espaçamento mínimo para que pudessem se desenvolver. Durante o plantio, em diversos momentos, os professores indígenas aproveitaram a atividade para dar aula sobre a temática do reflorestamento, sobre o ciclo das plantas, da floresta e da biodiversidade. Foram momentos de aprendizado para todos, em que se conversou sobre a importância do reflorestamento para a comunidade indígena e para a humanidade.



Imagem Google – Aldeia Lapetanha.

Monitoramento das áreas plantadas

“A área que estamos plantando, cuidamos dela assim: pelo menos duas vezes por ano limpamos as carreiras e caminhos na área do plantio, onde *morreu*, a gente replanta para não deixar aquele espaço vazio, e vai aumentando a área de tamanho.”

Luiz Mopilabatem Suruí
(aldeia Pinpaiter)



O acompanhamento das áreas plantadas consiste em visitas monitoradas pelo técnico responsável nas aldeias, cada uma com duração aproximada de três dias. Os Paiter percorrem as picadas reflorestadas, observam as mudas que sobreviveram e as que não sobreviveram. As covas das mudas que sobreviveram são adubadas com cobertura vegetal do próprio local. Estas mudas são coroadas, ou seja, retira-se o excesso de terra e de ervas daninhas e invasoras em seu entorno e, com o próprio material roçado, procede-se à adubação. Esse processo protege as mudas, ainda jovens, da insolação, bem como do assoreamento provocado pelas chuvas.

Ainda há necessidade de um acompanhamento mais sistemático. O ideal seria plantar no começo de dezembro, no início das chuvas. Os recursos financeiros para a realização das atividades, como a compra de sementes, o pagamento de diárias para os indígenas³ envolvidos nos mutirões e a alimentação para as aldeias que deixam suas atividades tradicionais e cotidianas, dependem de apoios externos e, muitas vezes, não acompanham o tempo da natureza. Como a atividade de reflorestamento é sazonal, o planejamento técnico deve estar em sintonia com o planejamento orçamentário do Projeto Pamine.

³ Para compensar o tempo despendido pelos indígenas no reflorestamento, o projeto paga uma pequena ajuda de custo, uma vez que eles deixam suas atividades cotidianas e tradicionais neste período.



Povo Paiter se reunindo para criar Parlamento Surui.



Povo Paiter votando para eleger labiway esaga.



Povo Paiter se reunindo para discutir a elaboração dos princípios do Parlamento Surui.



Povo Paiter aprovando princípios do Parlamento Surui.

As primeiras colheitas

“Com parceria a gente está melhorando; começamos com uma parceria e agora contamos com várias parcerias. É um ponto positivo que está dando resultado e valendo.”

Arildo Gapamé Suruí
(secretário-executivo da Associação Metareilá)

Os frutos colhidos por meio da semeadura de ideias e sonhos do Projeto Pamine foram muitos. Do ponto de vista econômico e social, o projeto permitiu reforçar a ligação entre as aldeias, conscientizou os participantes acerca da importância da preservação de suas terras, assim como da necessidade de adquirir conhecimentos e técnicas modernas. Contribuiu na melhoria da qualidade de vida dos Paiter Suruí, em função da renda obtida pelos trabalhadores e do aumento dos recursos naturais. Algumas espécies, como a pupunha, têm um crescimento rápido e devem proporcionar renda e alimentos em poucos anos.

O plantio de árvores nas áreas degradadas acelerou o processo de sucessão ecológica e regeneração natural da floresta. Há de se contabilizar ainda os benefícios indiretos do plantio dessas árvores, como o retorno dos animais silvestres e, principalmente, no que se refere à água. Além do aumento de volume de água após alguns anos, haverá melhoria de sua potabilidade, tendo em vista o cuidado com as cabeceiras de cursos d'água que abastecem nascentes, prioritárias no reflorestamento.

“Chegou um tempo de não ter mais caça por aqui, de a gente andar quilômetros e não achar nada. Hoje, com esse movimento de proibir a retirada da madeira e com os próprios indígenas replantando sua floresta, a caça vem praticamente no terreiro. Isso é um incentivo para continuarmos com o reflorestamento.”

Tomé Ru Hoê Iwai Suruí
(cacique da aldeia Apoena Meireles e coordenador de economia e segurança alimentar da Associação Garah Pameh)

Não devemos esquecer que a recuperação das áreas desmatadas auxiliará no processo de contenção da lixiviação⁴ do solo, que afeta sobremaneira as nascentes e a qualidade da água. Outro serviço ambiental importante nesse processo está relacionado ao sequestro de carbono. Após o plantio de árvores (reflorestamento ou enriquecimento florestal), aumentará a absorção de carbono pelas árvores introduzidas, contribuindo com a diminuição do efeito estufa e automaticamente com a regularização climática (diminuição da temperatura) em nível global, mesmo que em pequena escala.

“Eu não conheço nenhum trabalho que tenha sido tão bem feito, mesmo em nível internacional. Além disso, o processo de elaboração do projeto levou os Suruí a se entenderem melhor. Os clãs se aproximaram e declararam uma trégua para parar com a atividade madeireira.”

Beto Borges
(diretor da organização não governamental Forest Trends).



4 Processo físico de lavagem das rochas e solos pelas águas das fortes chuvas (enxurradas), decompondo as rochas e carregando os sedimentos para outras áreas, extraíndo, dessa forma, nutrientes e tornando o solo mais pobre.

O Plano 50 Anos Paiter

“Hoje eu planto, e depois, quem pode colher é o filho ou neto.”

Celso Natim Suruí

(coordenador da Associação do Povo da Floresta Kabaney)

Foi por meio da iniciativa dos Paiter de reflorestar as áreas desmatadas de seu território que surgiu a ideia de se elaborar, com a participação de todos os indígenas, um plano de futuro, de longo prazo, para ser seguido por todos os clãs e direcionar o desenvolvimento sustentável da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro). O diagnóstico mostrou para as lideranças indígenas a degradação da floresta, despertou o interesse da comunidade para iniciar a recuperação ambiental e também gerou inúmeros frutos, que estão sendo colhidos e replantados pelos Paiter Suruí. Há dez anos, eles têm estudado sua terra, por meio de pesquisas e diagnósticos, realizados em parceria com organizações indigenistas e ambientalistas, visando à elaboração de um Plano de Gestão Etnoambiental do Povo Paiter Suruí.

Nesses anos, os Paiter Suruí conquistaram parceiros de confiança e acumularam relações nacionais e internacionais.

E, principalmente, conquistaram visibilidade por meio da iniciativa de reflorestamento da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro). Como resultados materiais, os Paiter possuem atualmente: etnomapas, produzidos com a participação dos indígenas e trazendo legendas na língua materna; plano de gestão e de proteção de seu território, materializado em documentos que servem de ferramentas para negociação política e para planejamentos internos; projeto de REDD(+), elaborado segundo padrões internacionais (no tocante aos direitos dos povos indígenas); e, o mais importante, articulação e união comunitária para realizar todos esses projetos na prática.

“Imagino uma área preservada e que, ao mesmo tempo, tenha suas condições de sustentabilidade administrativa. Imagino os Suruí se sentindo bem com a igualdade econômica. Vejo esta terra indígena com as questões econômicas e sociais iguais.”

Chicoepab Suruí
(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)

“Cada um tem um plano de como vamos trabalhar dentro deste território. Isto é muito importante para não perdermos nossa cultura e para nossos filhos, que vão aprender ainda com a gente o que é cultura, o que usávamos antigamente. Nós queremos fortalecer todas as comunidades para o que está vindo.”

João Lawad Suruí
(coordenador do Instituto Florestal Yabner Gabgir do povo indígena Paiter Suruí)

O Plano 50 Anos Paiter é composto por eixos temáticos e diretrizes de ações. Foi construído respeitando os princípios da sustentabilidade e qualidade de vida, em sintonia com a cultura Paiter e as novas necessidades adquiridas por esse povo após o contato com a sociedade não indígena. Os eixos temáticos foram desenhados pelos indígenas e atendem a demandas como segurança alimentar, habitação, proteção territorial, educação ambiental, geração de renda, saúde integral e recuperação de áreas degradadas.

O Plano 50 Anos Paiter, assim como o mapeamento cultural e o próprio diagnóstico etnoambiental, tem-se constituído como um conjunto de ferramentas para a gestão do território Paiter. Ora essas ferramentas são utilizadas no diálogo com o poder público, ora utilizadas em planejamentos internos, na escola e em espaços construídos recentemente, como o Parlamento Paiter Suruí.⁵ Os planos, mapas e diagnósticos são as novas armas, como dizem os próprios indígenas. São modernos arcos e flechas em uma luta que a maioria dos povos indígenas brasileiros ainda está iniciando.

⁵ O Parlamento Paiter Suruí (sistema de governança) é a instância política maior do povo Paiter. é constituído por um labiway esaga (líder maior do povo indígena); um conselho de anciões, que contempla os quatro clãs; e dez labiway-ey (parlamentares) eleitos pelas comunidades.



Linha do tempo

Ações de gestão territorial e ambiental do povo Paiter Suruí impulsionadas pela iniciativa do

2000	2003	2004-2005	2006	2007
<p>Diagnóstico agroambiental participativo da Terra Indígena Sete de Setembro e elaboração participativa do Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro), em parceria com a Kanindé e com apoio do Ministério do Meio Ambiente.</p>	<p>Início das atividades de reflorestamento e elaboração do Plano de Gestão Etnoambiental da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro), com apoio da Kanindé.</p>	<p>Mapeamento cultural – ACT Brasil.</p>	<p>Articulação na busca de parcerias para implementação do Plano de Gestão. Início da parceria com a Aquaverde.</p>	<p>Contato com Beto Borges, da organização Forest Trend em São Francisco. Início da elaboração do projeto Carbono Suruí.</p>



reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro

2008	2009	2010	2011
<p>Publicação do Plano de Gestão Etnoambiental da TI Sete de Setembro.</p> <p>Reuniões com a comunidade e visita à aldeia do profissional do Forest Trend para consultar a comunidade sobre a proposta do Projeto Carbono Suruí</p>	<p>Contato com o governo brasileiro para apresentação do Projeto Carbono Suruí.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário em Brasília visando à apresentação do Projeto Carbono Suruí para representantes do órgão indigenista oficial e para lideranças indígenas; • Estudos jurídicos para o Projeto Carbono Suruí; • Levantamento das áreas desmatadas da TI Sete de Setembro; • Revisão dos estudos biológicos para complementação do diagnóstico etnoambiental; • Consentimento prévio, livre e informado do Projeto Carbono Suruí; • Termo de acordo entre os clãs; • Termo de cooperação entre as entidades parceiras envolvidas no Projeto Carbono Suruí; • Levantamento socioeconômico dos Suruí; • Plano de reflorestamento da TI Sete de Setembro; • Lançamento do Fundo de Gestão Financeira do Projeto Carbono Suruí – Funbio • Início do Consórcio Garah Itxa e apoio as atividades de reflorestamento da TI Sete de Setembro 	<p>Discussões acerca da criação do Parlamento Paiter Suruí.</p> <p>Oficinas de reflorestamento no âmbito do Consórcio Garah Itxa, com apoio da USAID.</p> <p>Lançamento do Projeto Carbono Suruí na COP 16 em Cancun, México.</p>	<p>Cerimônia de Posse dos dez labiway-ey (parlamentares Paiter) e passagem da função de labiway esaga (líder maior Paiter) de José Itabira Suruí para Almir Narayamoga Suruí, eleitos pelas comunidades.</p> <p>Início do funcionamento do Parlamento Paiter Suruí</p>

“Todas estas atividades, estas ações que a gente está realizando agora, vão estar incluídas dentro do Plano de 50 Anos dos Suruí, porque, dentro desses 50 anos, a gente quer que os Suruí tenham alguma coisa independente do que eles têm hoje. Por exemplo, o que a gente pode citar hoje é a madeira, a gente quer que os Suruí tenham seu recurso próprio sem destruir a natureza, mas valorizando sua cultura e, ao mesmo tempo, tendo sua economia.”

Chicoepab Suruí
(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)



Lançando sementes para o futuro

“Queria que a Terra Sete de Setembro estivesse muito melhor do que a gente vê hoje em dia, bem preservada, cheia de riquezas, recuperada, como era antes do contato.”

Luiz Mopilabatem
(membro da aldeia Pinpaiter)

A iniciativa inédita do povo indígena Paiter Suruí de responder, de maneira pacífica e unida, ao avanço do desmatamento da floresta amazônica e à degradação de seus recursos naturais, ainda tem um longo caminho a ser percorrido. Atualmente, os Paiter conquistaram a autonomia e o respeito que merecem junto à sociedade, e essa vitória se deve, em grande medida, à brilhante ideia de um jovem líder de conscientizar não apenas seus parentes indígenas, como toda a humanidade. No momento em que os Paiter decidiram dar um basta na exploração ilegal de madeira e recuperar, com as próprias mãos, sua floresta, inaugura-se um novo tempo. Um tempo de união e reconciliação com o meio ambiente. O que os Paiter estão fazendo é oferecer para o mundo uma lição. Intercambiar conhecimentos e saberes para a promoção de uma vida melhor e de um futuro saudável para todos, indígenas ou não.



Crianças Paiter conscientizando a população para o reflorestamento – Aldeia Lapetanha.

Os Paiter e as mudanças climáticas: o Projeto Carbono Suruí

“Se a gente quer respeitar a floresta, o que é necessário para mostrar que a floresta pode ser um produto para crescimento econômico?”

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb
(labiway esaga do povo Paiter e coordenador-geral da Associação Metareilá)

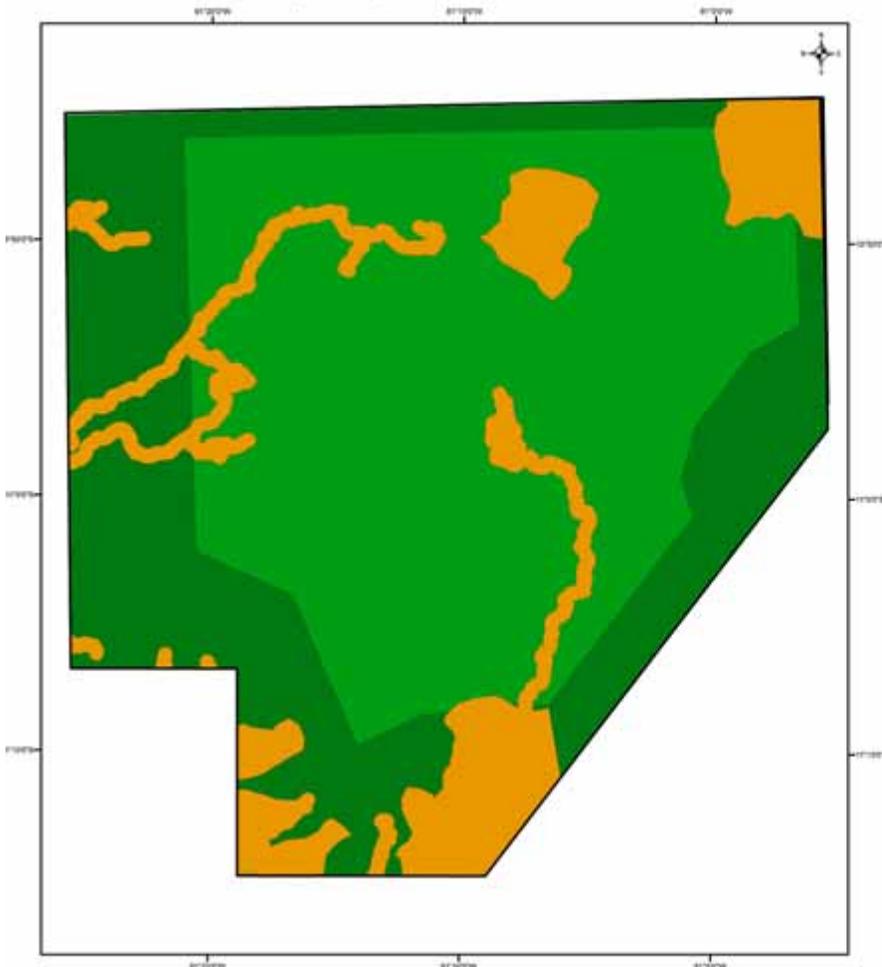
As novas tendências de valoração econômica dos recursos naturais, com o intuito de manter a floresta em pé para a produção de serviços ambientais, são alguns dos principais motivos que levaram à criação do Projeto Carbono Suruí. Idealizado pela Associação Metareilá, com apoio de organizações não governamentais, o projeto pretende financiar atividades de proteção, fiscalização, produção sustentável e melhoria da capacidade local, objetivando a conservação ambiental e o fortalecimento cultural.

O projeto está voltado para a comercialização de créditos de carbono como forma de promover as ações de desenvolvimento sustentável e, principalmente, para a implementação do Plano 50 Anos Paiter. O projeto teve início em 2007 e, desde o início, primou por procedimentos participativos. As comunidades vêm participando de processos de apropriação dos conceitos e técnicas utilizados no mercado de carbono.

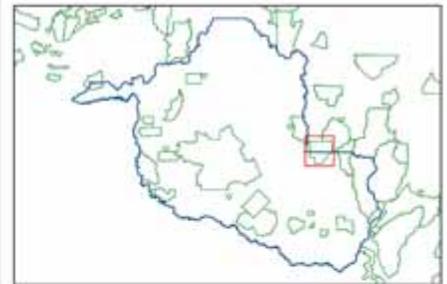
“O projeto de reflorestamento subsidiou esta ideia. Em consequência, veio o Projeto de Carbono, que está quase chegando à fase final de conclusão, e isto é resultado do que foi iniciado com o projeto de reflorestamento.”

Arildo Suruí
(diretor de educação da Associação Metareilá)

Paiterey Garah (Terra Indígena Sete de Setembro)



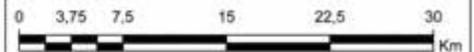
Mapa de Localização da Terra Indígena



Baga Soe Bk (Legenda)

-  Paiterey Karah Katap (Limites da Terra Indígena)
-  Paiterey Karah aihah (Zona de Proteção Integral)
-  Garah Pine Wah (Zona de Recuperação)
-  Sodoy Karah (Zona de Produção)

Escala: 1:260,000



Realização:   Apoio: 

Elaboração: Rodrigo Soares
 Colaborador: Wesley Pacheco
 Colaborador: Jotom Surul
 Colaborador: Anderson Surul
 Colaboradora: Ivaneide Bandeira Cardoso

Fonte: Base Temática Elaborada a partir de informações da Kanindé, Metarellá e ACTBrasil.

O trabalho das organizações parceiras objetiva a construção técnica do Documento de Concepção do Projeto – DCP (Project Design Document – PDD). Além de contabilizar de forma rigorosa as reduções dos gases de efeito estufa, o documento deverá descrever a riqueza da terra indígena em termos de biodiversidade e a relação das comunidades Suruí com o meio ambiente, suas ameaças, como evitá-las e como manter a Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro) conservada. Este conjunto de informações influencia de forma significativa no valor dos créditos de carbono do projeto.

Para o Projeto Carbono Suruí, foi conduzido um processo detalhado de consentimento prévio, livre e informado, culminando na assinatura de um acordo de cooperação entre seus quatro clãs, visando a salvaguardas socioambientais para as comunidades.

“A ACT Brasil vem apoiando os Paiter na elaboração e discussão sobre suas alternativas de futuro, principalmente no âmbito do Projeto Carbono Suruí. Esse projeto é mais uma ferramenta que os Suruí estão construindo para conservarem as suas terras e manterem a sua cultura. Está tudo no mesmo balaio: o Plano 50 Anos Paiter, o reflorestamento, as atividades econômicas e o Projeto Carbono devem ajudar a viabilizar todos esses planos.”

Vasco Van Rosmallen
(coordenador-geral da ACT – Brasil)

A importância do reflorestamento para o mundo

“Em termos mundiais, o reflorestamento é importante, porque a gente viu não só os Suruí, mas viu também o mundo. Quando começou o reflorestamento, a gente não tinha ideia do projeto de carbono. Depois que estamos com um ano, dois anos de reflorestamento, quase três anos, a gente viu que tinha outra saída este projeto. Ele tem contribuído mundialmente para evitar o aquecimento.”

Chicoepab Suruí
(labiway e diretor de comunicação, ciência e tecnologia da Associação Metareilá)



Nestes últimos anos, os Suruí tiveram um importante papel no movimento indígena brasileiro, especialmente no que se refere à sua organização interna e ao estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil e com o poder público. As organizações indígenas do povo Paiter são precursoras nas lutas contra as invasões e a destruição de suas terras. A experiência do reflorestamento protagonizada pelos Paiter é um exemplo de resistência, soma de conhecimentos e técnicas, bem como de responsabilidade com as futuras gerações. É uma experiência-modelo que deveria, em seus preceitos e concepções, tornar-se política pública e ser replicada não só em terras indígenas brasileiras, mas em áreas protegidas e ameaçadas em todo o planeta. É um recado que os Paiter estão passando para o mundo: se não dermos o exemplo hoje, dificilmente conseguiremos cobrar atitudes sensatas e sustentáveis amanhã.

O líder indígena que está à frente do projeto representa os indígenas brasileiros em instâncias nacionais e internacionais. Desta forma, o projeto, mesmo modesto, possui destaque na cena internacional. A Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro) é praticamente a única no estado de Rondônia a resistir ao desmatamento. Além de reduzir o avanço do desmatamento, os Paiter Suruí estão plantando e enriquecendo florestas, não só para seus filhos e netos, mas para toda a humanidade. Por isso, é fundamental apoiar o povo Paiter Suruí na sua ação de preservação da floresta e da cultura, assim como na manutenção de seus meios de vida sustentáveis.





“Estamos tentando mostrar para o mundo, com a floresta em pé, como trabalhar na floresta com respeito, como um sistema de economia verde pode sustentar o nosso futuro. Porque o sistema econômico do mundo sempre pensou em desenvolvimento, eles acham que o meio ambiente atrapalha o desenvolvimento, mas a gente acha que não, a gente precisa trabalhar com manejo, precisa trabalhar com respeito com a floresta. No futuro, nosso povo acha que o meio ambiente, a floresta, os serviços ambientais é que vão sustentar a economia, a gente acredita muito que é possível construir este sistema de economia verde.”

Almir Narayamoga Suruí, clã Gameb
(labiway esaga e coordenador-geral da Associação Metareilá)

Daqui a 50 anos...

“Quero muita saúde para o povo, muita floresta preservada, que todos deem valor para seu território, seus costumes, seus rios, porque o espírito do rio cuida da nossa saúde. Não podemos poluir para que os Suruí aumentem sua população. Queremos uma boa educação, muito importante é a educação para qualquer cidadão.”

José Itabira Suruí
(ancião Suruí e vereador de Rondolândia – MT)

“O povo Suruí é um povo bonito, corajoso, forte, que já venceu tantas batalhas, que venceu o fantasma de deixar de existir. Eu tenho muito respeito. Todos nós temos o mesmo direito à vida. Eu desejo que, daqui a alguns anos, os Suruí já tenham criado outros mecanismos. Que esse plano de 50 anos seja um plano de resistência. Que eles demonstrem para o mundo que é possível viver em harmonia com os recursos naturais, seus costumes e rituais. Desejo que consigam o respeito que merecem. Desejo que seus filhos, amanhã adultos, sejam os gestores do seu território, sejam seus engenheiros florestais, seus advogados, que darão novos rumos à política indigenista brasileira, que sejam seus próprios médicos, dando outras direções à medicina ocidental, com seus conhecimentos e curas. Desejo que eles possam realmente melhorar o mundo no futuro.”

Beto Borges
(diretor da Forest Trends)

“Gostaria que a gente permanecesse o que a gente é! Manter a nossa cultura e não perder a nossa identidade. A nossa maior preocupação é com o nosso território, poder continuar com ele, ter árvore em pé, com a floresta viva.”

Miguel Suruí
(técnico agrícola e professor indígena da aldeia
Apoena Meireles)



Glossário

ACT-Brasil (Equipe de Conservação da Amazônia) – parceira na capacitação para o reflorestamento.

Associação Aquaverde – ONG da Suíça parceira na etapa de reflorestamento.

Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé – parceira do povo Paiter, responsável pela realização do Diagnóstico Etnoambiental de Terras Indígenas.

Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí – criada em 1989 como ferramenta não indígena para dialogar e reivindicar os direitos dos Paiter Suruí.

Centro de Formação e Pesquisa Indígena Yananbi Gameb – espaço para capacitações e oficinas na aldeia Lapetanha.

Consórcio Garah Itxa – responsável pela consolidação das ações no Corredor Etnoambiental Mondé, é liderado pelo IEB; tem como parceiros a ACT-Brasil, Conservação Estratégica, COIAB, Kanindé e Associação Metareilá.

Corredor Etnoambiental Mondé – corredor que incorpora diretamente as ações de povos indígenas na conservação de seus territórios.

Iaraej – pessoa não indígena.

Instituto Florestal Yabner Gabgir – instituto do Povo Indígena Paiter Suruí, responsável pelo reflorestamento.

Labiway – cacique, parlamentar.

Labiway esaga – líder maior do povo indígena.

Mapimaí – representação tradicional de criação do universo para os Paiter.

Olibeterê – dinheiro.

Paiter – significa “gente de verdade, nós mesmos” na língua Tupi-Mondé.

Pamine – significa “renascer da floresta” na língua Tupi-Mondé e dá nome ao projeto desenvolvido pelo povo Paiter Suruí.

Parlamento Paiter Suruí – instância política maior do povo Paiter, constituído por um labiway, um conselho de anciões que contempla os quatro clãs e dez labiway-ey eleitos pelas comunidades.

Povo Paiter Suruí – habitantes da Terra Indígena Sete de Setembro.

TI Sete de Setembro – terra indígena localizada entre Rondônia e Mato Grosso, também conhecida por TI Paiterey Karah.







PAMINE: o renascer da floresta

Reflorestamento da Terra Indígena
Paiterey Karah (TI Sete de Setembro)
pelo povo Paiter Suruí

Esta publicação foi elaborada no âmbito do Consórcio Garah Itxa (lê-se Nharaltxhá, termo proveniente da língua indígena Suruí, que significa “juntos com a floresta”). O Consórcio Garah Itxa, apoiado pela USAID e executado por um conjunto de organizações socioambientais, indigenistas e indígenas, tem como principal objetivo fortalecer os povos indígenas e suas associações em temas diversos para que eles possam tornar-se participantes plenos de uma estratégia integrada de conservação do corredor etnoambiental Mondé-Kwahiba, por meio de ações de gestão territorial, fortalecimento de organizações indígenas e atividades para geração de renda sustentável.

Realização

ĜARAH ITXA
CORREDORES ETNOAMBIENTAIS



Apoio

